

## PRESIDÊNCIAS CÂMARA E SENADO: O QUE VIRÁ DEPOIS DAS ELEIÇÕES?

**Raymundo Pinto<sup>1</sup>**

Esperei o final das eleições para presidente da Câmara e do Senado, na segunda-feira passada, a fim de começar a redigir este artigo. Ficou confirmado o que já se esperava: venceram os candidatos tidos como favoritos, sendo que ambos tiveram apoio explícito do Chefe da Nação. Tal circunstância, é claro, vai facilitar a tramitação, nas duas Casas Legislativas, de projetos de lei de interesse geral e algumas necessárias emendas constitucionais, principalmente o que for da iniciativa do Executivo. Ficou claro ainda que se levantou uma sólida barreira contra os não poucos pedidos de impeachment do presidente. Com essa aparência de paz entre os poderes da República, pois também não há sinais de ameaça por parte do Judiciário, proponho-me aqui fazer uma breve análise dos assuntos que, superadas as tumultuadas eleições, irão prevalecer nas discussões do Congresso Nacional nos próximos meses.

Não existe dúvida de que as reformas administrativa e tributária voltarão aos debates. São temas sobre os quais comentei em trabalhos anteriores (artigos em 6 e 20/1º/21). Por sua maior urgência, uma vez que não aprovado até dezembro, o Orçamento da União para o corrente ano certamente vai ganhar prioridade. Envolve sérios problemas. Perdura a grave crise gerada pela longa pandemia, que exige elevados gastos, provocando um déficit fiscal primário (sem incluir juros da dívida) superior a 700 bilhões em 2020. Como encontrar equilíbrio financeiro diante dessa vexaminosa situação?

A imprensa dá pouca cobertura e as pessoas, de um modo geral, desconhecem um conjunto de emendas à Constituição que recebeu o título de “Pacto Federativo”. Trata-se de uma iniciativa, no ano passado, do Ministro Paulo Guedes, com total apoio do presidente Bolsonaro. Se aprovado, será uma verdadeira revolução nos termos das relações entre as três esferas de poder que compreendem a República Federativa do Brasil: União, estados e municípios. Os objetivos principais são alterar e corrigir a maneira como tais poderes arrecadam as receitas e dividem responsabilidades entre si, bem como descentralizar os recursos públicos, desvinculando ainda as receitas de determinadas despesas. Para tanto, foram enviadas ao Congresso Nacional, entre outras, as seguintes propostas: a) municípios de até 5 mil habitantes terão de comprovar sustentabilidade financeira, ou seja, arrecadação própria de impostos deve corresponder a 10% da receita total, sob pena de ser incorporado a outro município maior; b) gastos com saúde e educação serão unificados; c) serão alteradas as regras para distribuição dos recursos do pré-sal; d) as renúncias tributárias serão bastante reduzidas; e) será criado um Conselho Fiscal da República para monitorar toda a política fiscal; f) haverá um gatilho de emergência fiscal no caso de graves crises. Há grande esperança de que, aprovadas essas PECs e outras correlatas, as atuais confusões e incertezas nas relações entre os poderes venham a tornar-se mais racionais, contribuindo para ter reflexos inevitáveis na economia em geral.

---

<sup>1</sup> Desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. [racpinto@uol.com.br](mailto:racpinto@uol.com.br).

Não há dúvida de que voltará a levantar intensos debates no Parlamento a necessidade de um novo auxílio emergencial, depois que aquele último de R\$ 300,00 findou-se em dezembro passado.

Ouvindo a área econômica do governo, o Executivo tem entendido que se tornou impossível refazê-lo agora, diante das limitações de ordem orçamentária. É louvável a insistência em não ultrapassar o chamado teto das despesas, pois seguidos déficits provocam inflação, que prejudica sempre os mais vulneráveis. Estes, contudo, em face da forte que da na economia, devido à pademia, sofrem bastante e tendem à extrema pobreza, como revelaram recentes índices publicados pelo IBGE.

Com base nessas breves informações, fica claro que o Congresso Nacional tem pela frente uma série de desafios no tocante à criação e reforma na legislação e também na nossa Carta Magna. Eleitos para comandar as duas Casas do Legislativo candidatos apoiados pelo presidente da República, pela lógica espera-se que os entendimentos entre os poderes, doravante, corram em paz, tranquilidade e muita compreensão. Justamente isso é o que o povo brasileiro aguarda, ansiosamente, de seus governantes neste período de tantos e gravíssimos problemas.